

Demonstrações Contábeis

Estas informações foram disponibilizadas no site no dia 1 de abril de 2013.

BALANÇOS PATRIMONIAIS					
ATIVO	2012	2011	PASSIVO	2012	2011
DISPONÍVEL	655	3.734	EXIGÍVEL OPERACIONAL		
			Gestão Previdencial (Nota 10)	11.827	12.383
REALIZÁVEL			Gestão Administrativa (Nota 11)	12.608	8.610
Gestão Previdencial (Nota 4)	151.676	117.645	Investimentos (Nota 12)	1.170	1.498
Gestão Administrativa (Nota 5)	19.842	15.285			
INVESTIMENTOS (nota 6)				25.605	22.491
Títulos Públicos	3.821.603	3.509.255			
Créditos privados e depósitos	797.552	1.035.735	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL (Nota 13)		
Ações	2.763.871	2.573.198	Gestão Previdencial	1.113.964	869.612
Fundos de investimento	7.514.450	5.940.273	Gestão Administrativa	120	568
Investimentos imobiliários	1.166.523	861.512	Investimentos	1.586	3.062
Empréstimos	834.265	617.412			
Financiamentos imobiliários (Nota 7)	27.598	47.356		1.115.670	873.242
Depósitos Judiciais / Recursais	–	650			
	17.097.380	14.718.321	PATRIMÔNIO SOCIAL	15.974.554	13.840.324
			PATRIMÔNIO PARA COBERTURA DO PLANO	13.237.769	12.227.248
PERMANENTE (Nota 9)					
Imobilizado	2.331	1.995	PROVISÕES MATEMÁTICAS (Nota 14)		
Intangível	15.463	12.007	Benefícios concedidos	8.563.883	7.231.648
			Benefícios a conceder	2.547.210	1.897.000
	17.794	14.002		11.111.093	9.128.648
			EQUILÍBRIO TÉCNICO		
			RESULTADOS REALIZADOS		
			SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO		
			Reserva de contingência	2.124.806	1.690.837
			Reserva para revisão do Plano	1.870	1.407.763
				2.126.676	3.098.600
			FUNDOS (Nota 15)		
			Fundos previdenciais	2.509.368	1.438.859
			Fundos administrativos	209.766	171.779
			Fundos dos investimentos	17.651	2.438
				2.736.785	1.613.076
TOTAL DO ATIVO	17.115.829	14.736.057	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL	17.115.829	14.736.057

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL CONSOLIDADO

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2012	2011	Variação - %
A) Patrimônio social - início do exercício	13.840.324	13.086.727	5,76
1. Adições	3.623.311	2.102.515	72,33
Contribuições previdenciais	609.116	513.716	18,57
Resultado positivo dos investimentos - Gestão previdencial	2.902.887	1.509.936	92,25
Receitas administrativas	78.922	66.148	19,31
Resultado positivo dos investimentos - Gestão administrativa	16.714	10.277	62,64
Reversão de contingências - Gestão administrativa	459	-	100,00
Constituição de fundos de investimento	15.213	2.438	524,00
2. Destinações	(1.489.080)	(1.348.918)	10,39
Benefícios	(1.034.899)	(877.406)	17,95
Resultado negativo dos investimentos - Gestão previdencial	(155.271)	(113.674)	36,59
Constituição de contingências - Gestão previdencial	(240.804)	(307.282)	(21,63)
Despesas administrativas	(57.449)	(48.911)	17,46
Resultado negativo dos investimentos - Gestão administrativa	(658)	(1.539)	(57,18)
Constituição de contingências - Gestão administrativa	-	(106)	(100,00)
3. Acréscimo no patrimônio social (1+2)	2.134.230	753.597	183,21
Provisões matemáticas	1.982.445	779.052	154,47
Superavit (déficit) técnico do exercício	(971.925)	119.400	(914,01)
Fundos previdenciais	1.070.509	(173.162)	(718,21)
Fundos administrativos	37.987	25.869	46,84
Fundos de investimentos	15.214	2.438	524,00
4. Operações transitórias	-	-	-
B) Patrimônio social - final do exercício (A+3+4)	15.974.554	13.840.324	15,42

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA CONSOLIDADO

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2012	2011	Variação - %
A) Fundo administrativo do exercício anterior	171.779	145.910	17,73
1. Custeio da gestão administrativo	95.636	76.426	25,14
1.1 - Receitas	95.636	76.426	25,14
Custeio administrativo da gestão previdencial	52.188	44.522	17,22
Custeio administrativo dos investimentos	17.148	15.918	7,73
Taxa de administração dos empréstimos e financiamentos	5.617	5.695	(1,37)

Resultado positivo dos investimentos	16.714	10.277	62,64
Outras receitas	3.969	14	28.250,00
2. Despesas administrativas	56.990	49.019	16,26
2.1 - Administração previdencial	32.709	27.295	19,84
Pessoal e encargos	14.089	12.202	15,46
Treinamentos/congressos e seminários	359	308	16,56
Viagens e estadias	750	841	(10,82)
Serviços de terceiros	10.260	6.983	46,93
Despesas gerais	6.046	5.338	13,26
Depreciações e amortizações	1.636	1.515	7,99
Contingências	(459)	106	(533,02)
Outras despesas	28	3	833,33
2.2 - Administração dos investimentos	24.064	21.724	10,77
Pessoal e encargos	13.282	11.032	20,40
Viagens e estadias	306	307	(0,33)
Serviços de terceiros	2.264	4.103	(44,82)
Despesas gerais	8.212	6.282	30,72
2.3 - Outras despesas	217	–	100,00
3. Resultado negativo dos investimentos	659	1.538	(57,15)
4. Suficiência da gestão administrativa (1-2-3)	37.987	25.869	46,84
5. Constituição do fundo administrativo (4)	37.987	25.869	46,84
B) Fundo administrativo do exercício atual (A+5+6)	209.766	171.779	22,11

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação Vale do Rio doce de Seguridade Social - VALIA ("Valia", "Fundação" ou "Entidade"), pessoa jurídica de direito privado, instituída pela Companhia Vale do Rio Doce ("Vale") em 2 de abril de 1973, é uma entidade fechada de previdência complementar privada, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, multipatrocinada, com multiplanos, constituída para funcionar por prazo indeterminado.

Em consonância com as disposições estatutárias e regulamentares, a Entidade tem como finalidade principal conceder benefícios suplementares, ou assemelhados aos da Previdência Oficial, a que tem direito os participantes e respectivos beneficiários.

Os recursos de que a Fundação dispõe para fazer face aos seus compromissos regulamentares são oriundos das contribuições dos patrocinadores e dos participantes, inclusive assistidos e dos rendimentos resultantes do investimento desses recursos. Os planos administrados pela Fundação e seus patrocinadores são os seguintes:

Plano de Benefício Definido ("Plano BD")

- Vale S.A.;
- Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA;
- LOG-IN Logística Intermodal S.A.;
- Fundação Vale do Rio Doce de Habitação e Desenvolvimento Social - FVRD;
- Rio Doce Geologia e Mineração S.A.;
- Florestas Rio Doce S.A.;
- Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização - NIBRASCO;
- Companhia Italo-Brasileira de Pelotização - ITABRASCO;
- Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização - HISPANOBRAS;
- Minas da Serra Geral S.A.; e
- Celulose Nipo-Brasileira - CENIBRA S.A.

Plano de Benefícios - VALE MAIS

- Vale S.A.;
- Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA;
- LOG-IN Logística Intermodal S.A.;
- Fundação Vale do Rio Doce de Habitação e Desenvolvimento Social - FVRD;
- Florestas Rio Doce S.A.;
- Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização - NIBRASCO;
- Companhia Italo-Brasileira de Pelotização - ITABRASCO;
- Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização - HISPANOBRAS;
- Minas da Serra Geral S.A.;
- Celulose Nipo-Brasileira S.A. - CENIBRA;
- CADAM S.A. ;
- Minerações Brasileiras Reunidas S.A. - MBR;
- Ferrovia Norte e Sul S.A.;
- Mineração Paragominas;
- Salobo Metais S.A.;
- Vale Florestar S.A.;
- Vale Óleo e Gás S.A.;
- Vale Soluções em Energia S.A. - VSE;
- Associação Instituto Tecnológico Vale - ITV;
- Log Star Navegação S.A.;
- Norsk Hydro Brasil Ltda.;
- PSC Terminais Intermodais Ltda.;

- Ultrafertil S.A.;
- Vale Energia Limpa S.A.;
- Vale Fertilizantes S.A.;
- Vale Logística Integrada S.A.;
- Vale Potássio Nordeste S.A.;
- Vale Logística Integrada Multimodal S.A.;
- Vale Logística Integrada Operações Terminais S.A.;
- Vale Logística Integrada Portuárias S.A.

Plano de Previdência - Cenibra

- CENIBRA - Celulose Nipo-Brasileira S.A.

Plano de Benefícios - VALIAPREV

- Pará Pigmentos S.A.;
- Nova Era Silicon S.A.;
- Companhia Paulista de Ferroligas;
- Vale Manganês S.A.;
- Samarco Mineração S.A.;
- Plano de Assistência a Saúde do Aposentado da CVRD - PASA;
- Valesul Alumínio S.A.;
- Cia. Portuária Baía de Sepetiba;
- Terminal de Vila Velha S.A. - TVV;
- Kaserge Serviços Gerais S.A. - KSG;
- Serviços de Operação, Manutenção e Montagem Ltda. - MSE;
- Cia. Coreano-Brasileira de Pelotização - KOBRASCO;
- Instituto Ambiental Vale;
- Vale S.A.;
- Bozel Mineração S.A.;
- Albrás Alumínio Brasileiro S.A.;
- Alunorte Alumina do Norte do Brasil S.A.;
- Mineração Corumbaense Reunida S.A.; e
- Vale Fertilizantes S.A.
- Ferrovia Centro-Atlântica S.A.; e
- Florestal Bioflor S.A.

Abono Complementação

Em 2001, conforme Convênio entre a Vale e a Valia, foi transferido para esta Fundação a operacionalização e administração do abono complementação de aposentadoria e de pensão. Estas rendas são pagas aos ex-empregados das empresas VALE, DOCEGEO, DOCENAVE, VALIA e

ITABRASCO e seus beneficiários definidos nas Resoluções CVRD 05/87, 06/87 e 07/89; Resoluções DOCEGEO RE-003/87, 004/87 e 0007/89; Instrução Especial - DOCENAVE - nº 202/89 (DP); Ata - VALIA - Dir. 261ª, de 07/07/87 e Carta - ITABRASCO - IB - 055/88, de 05/02/88 nº 05/87 e 07/89, respectivamente.

Plano FCA

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), de acordo com a portaria de 31 de janeiro de 2012, publicado no Diário Oficial da União, aprovou a incorporação do Plano de Benefícios FCA pelo Plano de Benefícios Valiaprev. Em 15 de maio de 2012 do Plano de Benefícios FCA foi incorporado pelo plano Valiaprev conforme previsto no respectivo Termo de Incorporação.

As referidas demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pela administração da Entidade em 28 de fevereiro de 2013.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, Instrução da Secretaria de Previdência Complementar – SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC TE 11, e conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Estão apresentados a seguir os demonstrativos contábeis exigidos a partir da Resolução CNPC nº 08/2011:

- I – Balanço patrimonial (Consolidado).
- II – Demonstração da mutação do patrimônio social (Consolidada).
- III – Demonstração da mutação do ativo líquido (Individualizada).
- IV – Demonstração do ativo líquido (Individualizada).
- V – Demonstração do plano de gestão administrativa (Individualizada).
- VI – Demonstração das obrigações atuariais (Individualizada).

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela VALIA são apresentadas a seguir:

(a) Resultado das operações:
Segundo regulamentação vigente, o resultado é apurado em observância ao princípio de competência, no qual as receitas e as despesas são registradas independentes da sua efetiva realização, com exceção da receita de contribuições de autopatrocinados, cuja escrituração é feita com base no regime de caixa.

(b) Registros contábeis:
Os registros contábeis são realizados separadamente, por plano de benefícios, gerando balancetes contábeis individualizados, bem como o plano de gestão administrativa, em consonância com a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011 e a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272 de 22 de janeiro de 2010.

(c) Investimentos:
Os rendimentos gerados pelos investimentos são contabilizados diretamente no resultado do período, independentemente da categoria em que estão classificados.
Conforme determinação da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, quando a administração julga necessário é constituída provisão para cobrir possíveis perdas nesses investimentos. Esses ativos são demonstrados líquidos das respectivas provisões para perdas, quando aplicável.

Títulos públicos, Créditos Privados, Depósitos e Fundos de Investimentos

As operações com créditos privados e depósitos e aos fundos de Investimentos, de acordo com a Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, inclusive os constantes nas carteiras dos fundos de investimento exclusivos da Fundação, são registrados inicialmente pelo valor de aquisição e classificados nas seguintes categorias:

- (i) Títulos para negociação.

(ii) Títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, independentemente do prazo a decorrer até a data de vencimento, são classificados na categoria "Títulos para negociação" e estão ajustados pelo valor de mercado. Os títulos, exceto as ações não resgatáveis, para os quais haja a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção até o vencimento, são classificados na categoria "Títulos mantidos até a data do vencimento" e estão avaliados pelo respectivo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

Os investimentos efetuados no mercado de renda fixa (títulos do governo federal, em instituições financeiras e em títulos de empresas) incluem juros e variação monetária, apropriados em função do tempo decorrido até a data do balanço. O ágio e o deságio na compra de títulos são amortizados pro rata die, durante o período da aquisição até a data de vencimento do título.

Os fundos de renda fixa e renda variável estão avaliados pelo valor da quota, calculados pelos respectivos gestores, tomando por base variações de mercado.

Ajuste a valor de mercado

Para a obtenção dos valores de mercado dos títulos e valores mobiliários e dos instrumentos financeiros derivativos, são adotados os seguintes critérios:

- Títulos públicos, com base nas taxas médias divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.
- Certificados de depósitos bancários, pelo valor nominal atualizado até a data do vencimento, descontado a valor presente às taxas de mercado de juros.

Ações

As ações estão registradas pelo valor de aquisição, acrescidas das despesas de corretagens e outras taxas incidentes, avaliadas pelo valor de mercado, considerando a cotação de fechamento do último dia do mês em que tenha sido negociada em bolsa. A diferença entre o custo de aquisição e o valor de mercado ou patrimonial é apropriada ao resultado do exercício.

Investimentos imobiliários

Os investimentos imobiliários são registrados ao custo de aquisição, atualizado pelos valores indicados nos laudos de reavaliação. As depreciações são calculadas pelo método linear à taxa anual de 2% para os prédios e 10% para as instalações ou de acordo com o prazo de vida útil remanescente estabelecido no laudo de reavaliação. A receita de aluguéis é registrada no resultado do exercício, na rubrica de receitas de investimentos imobiliários, na gestão de investimentos.

Empréstimos e financiamentos

Os Empréstimos e financiamentos concedidos aos participantes estão apresentados pelo valor do principal acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos das amortizações mensais. As taxas aplicadas foram determinadas por normas internas, atendendo o mínimo previsto no artigo 38 da Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009 do Conselho Monetário Nacional, alterada pela Resolução CMN nº 3.846 de 25 de março de 2010.

(d) Permanente
O ativo permanente contempla os registros do Imobilizado e Intangível os quais estão demonstrados pelo custo de aquisição deduzido das depreciações, ambos corrigidos monetariamente até dezembro de 1995, quando deixou de existir a correção monetária. As depreciações e amortizações são calculadas pelo método linear com base no prazo de vida útil dos bens, conforme taxas definidas na legislação em vigor.

Em conformidade com a Resolução CGPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, o saldo registrado no ativo diferido em 31 de dezembro de 2009, foi relocado no ativo intangível.

(e) Exigível operacional
Representam as obrigações relativas às gestões previdenciais e administrativas, bem como passivos operacionais de investimentos.

(f) Exigível contingencial
O exigível contingencial é registrado pelo montante de perda considerada provável, de acordo com informações obtidas dos assessores jurídicos, observada a sua natureza e atualizado até a data do balanço.

(g) Patrimônio Social

Patrimônio de cobertura do plano

O Patrimônio de cobertura do plano é constituído pela Provisões Matemáticas e pelo Equilíbrio Técnico.

As provisões matemáticas dos planos de benefícios são constituídas para fazer face aos compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes e seus beneficiários.

No Equilíbrio Técnico, estão registrados os resultados acumulados obtidos pelos planos de benefícios previdenciais. Até o limite de 25% em relação às provisões matemáticas, tal valor é registrado como "reserva de contingência". O seu excedente é registrado como Reserva Especial para Revisão do Plano, reserva esta que deverá atender aos critérios definidos na resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008.

Fundos

Os fundos são constituídos tomando por base a sua natureza e finalidade. A VALIA consignou em seu balanço os seguintes fundos:

Fundo previdencial - Conforme o art. 5º da Resolução CPGC nº 26, de 29 de setembro de 2008, na constituição de fundos previdenciais e na manutenção dos já existentes, observada a estrutura técnica do plano de benefícios, cabe ao atuário responsável a indicação de sua fonte de custeio e de sua finalidade, que deverá guardar relação com um evento determinado ou com um risco identificado, avaliado, controlado e monitorado.

Fundo administrativo - Patrimônio constituído por sobras de custeio administrativo adicionado ao rendimento auferido na respectiva carteira de investimento, que objetiva cobrir as despesas administrativas a serem realizadas pela Valia na administração de seus planos de benefícios, na forma de seus regulamentos.

Fundo de investimento - Foi constituído para fazer face à possível inadimplência dos contratos de mútuo (empréstimos). O saldo deste fundo é remunerado por meio da rentabilidade dos investimentos auferida mensalmente.

(h) Demais ativos e passivos

Os demais ativos e passivos são registrados pelo regime de competência.

(i) Uso de estimativas

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. As provisões para perdas em investimentos, o exigível contingencial, as provisões matemáticas e os fundos estão sujeitos a essas estimativas e premissas, e sua liquidação poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa essas estimativas e suas premissas periodicamente.

4. REALIZÁVEL DA GESTÃO PREVIDENCIAL

A composição do Realizável da Gestão Previdencial pode ser assim demonstrada:

	2012	2011
Gestão Previdencial		
Recursos a receber	35.499	59.252
Adiantamentos	384	270
Depósitos Judiciais/Recurais	115.793	58.123
	151.676	117.645

Os recursos a receber referem-se às contribuições normais do mês de dezembro de 2012, que são recebidas no mês subsequente. Registram-se nesse grupo ainda os valores referentes aos Depósitos Judiciais/Recurais. Os depósitos judiciais referem-se às contingências passivas da gestão previdencial. Até 2011 os valores referentes aos depósitos recursais, referentes aos processos em trâmite na Justiça do Trabalho, em que se discutem questões relacionadas à Previdência Complementar estavam registrados no grupo Recursos a Receber. Visando a adequação à planificação contábil padrão, estes valores foram reclassificados no exercício de 2012 para o grupo Depósitos judiciais/recursais.

5. REALIZÁVEL DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

No quadro abaixo segue a composição do Realizável da Gestão Administrativa em 31 de dezembro:

	2012	2011
Recursos a receber	9.640	15.145
Despesas antecipadas	18	49
Depósitos Judiciais/Recurrais	10.184	91
	19.842	15.285

Os recursos a receber referem-se às contribuições para custeio do mês de dezembro de 2012, que são recebidas no mês subsequente e adiantamentos a empregados. Dentro do grupo tem-se ainda saldo dos demais valores a receber desta Gestão, bem como o carregamento a receber pelo Plano de Gestão Administrativa (PGA), referente ao Custeio Administrativo do mês de dezembro de 2012, que é recebido no mês subsequente.

Registram-se nesse grupo, ainda, os valores referentes aos Depósitos Judiciais/Recurrais, referentes às contingências passivas da Gestão Administrativa. Até 2011, o valor de um depósito judicial de um processo classificado como perda remota pelo jurídico da Valia, relativo à discussão judicial de ISS com a Prefeitura Municipal de Vitória – ES, estava classificado em uma conta do grupo Recursos a Receber. Visando a adequação à planificação contábil padrão, estes valores foram reclassificados no exercício de 2012 para o grupo Depósitos Judiciais/Recurrais.

5.1 Custeio Administrativo

Para apuração do saldo do Fundo Administrativo de cada plano são utilizados os seguintes critérios:

- Receitas: alocadas diretamente no plano de origem, utilizando-se as fontes de custeio previdencial e de investimentos.
- Despesas Específicas: alocadas diretamente no plano de origem.
- Despesas Comuns: o critério de rateio das despesas comuns entre os planos de benefícios é feito tomando por base a massa de participantes de cada plano de benefício, considerando a ponderação entre quantidade e situação destes participantes e também levando-se em consideração o patrimônio dos planos.

No que tange ao rateio por gestão (Previdencial e Investimentos), este é realizado em função dos centros de custos específicos.

6. DEMONSTRATIVO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

Os recursos garantidores dos planos de benefícios e do plano de gestão administrativa em 31 de dezembro estão assim representados:

Descrição	2012	2011
Renda fixa		
Títulos de responsabilidade do Governo Federal	3.821.602	3.509.255
Aplicações em instituições financeiras	451.423	573.148
Títulos de empresas	346.129	462.587
Fundos de investimentos	<u>5.944.123</u>	<u>4.573.875</u>
	<u>10.563.277</u>	<u>9.118.865</u>
Renda variável		
Mercado de ações à vista	2.731.769	2.549.061
Fundos de investimentos	<u>1.071.772</u>	<u>1.043.180</u>
	<u>3.803.541</u>	<u>3.592.241</u>
Investimentos estruturados		
Fundos de participação	480.388	288.701
Fundo Imobiliário	<u>18.167</u>	<u>34.517</u>
	<u>498.555</u>	<u>323.218</u>
Investimentos no exterior		
Ações	<u>32.102</u>	<u>24.137</u>
Investimentos imobiliários		
Em construções		162.472
Edificações	<u>1.166.523</u>	<u>699.040</u>
	<u>1.166.523</u>	<u>861.512</u>
Operações com participantes		
Empréstimos	834.265	617.412
Financiamentos imobiliários	<u>27.598</u>	<u>47.356</u>
	<u>861.863</u>	<u>664.768</u>
Total	<u>16.925.862</u>	<u>14.584.741</u>

6.1 Títulos e valores mobiliários classificados para negociação e vencimento

Em consonância com o artigo 8º da Resolução do Conselho de Gestão de Previdência Complementar - CGPC nº 4 de 30 de janeiro de 2002, demonstramos abaixo os títulos classificados nas categorias mantidos até o vencimento e os marcados a mercado, detalhados por tipo e prazo.

	Mantidos até o vencimento		Negociação
	Valor de mercado	Custo atualizado contabilizado	Valor de mercado contabilizado
Investimentos			
Títulos Federais			
Notas do Tesouro Nacional –B	4.734.292	3.503.702	2.370.397
Notas do Tesouro Nacional –C	1.817.879	1.248.036	377.694
Notas do Tesouro Nacional –F	23.808	23.602	116.321
Letras do Tesouro Nacional			67.680
Letras Financeiras do Tesouro	27.213	27.217	218.392
	<u>6.603.192</u>	<u>4.802.557</u>	<u>3.150.484</u>
Títulos privados			
Certificado de Depósito Bancário - CDB	86.213	71.785	902.866
Debêntures	520.273	472.919	326.684
Operações compromissadas	-	-	734.001
Letra Financeira Subordinada	80.317	65.110	57.789
	<u>686.803</u>	<u>609.814</u>	<u>2.021.340</u>
	<u>7.289.995</u>	<u>5.412.371</u>	<u>5.171.824</u>
Por prazo de vencimento			
A vencer em 360 dias (2013)	96.276	96.328	1.876.067
A vencer entre 361 e 1.080 dias (2014/2016)	235.472	223.890	362.140
A vencer a partir de 1.081 dias (2016 em diante)	6.958.247	5.092.153	2.933.617
Total	<u>7.289.995</u>	<u>5.412.371</u>	<u>5.171.824</u>
Total			10.584.195
CDB/LTN Fundo Rauta (i)			(10.739)
NTNC – garantia			(10.071)
Caixa/provisões fundos			(108)
			<u>10.563.277</u>

(i) Estes títulos compõem a carteira do fundo exclusivo Rauta que contabilmente está classificado como de renda variável.

(ii) A Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social – VALIA tem capacidade financeira e a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "mantidos até o vencimento", estando assim em conformidade com o artigo 9º da Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, alterada pela Resolução CGPC nº 8, de 19 de junho de 2002.

Em dezembro de 2012 houve reclassificação de títulos. Os seguintes títulos foram reclassificados de "vencimento" para "negociação":

(a) Athena Fundo de Investimento de Renda Fixa

Papel	Quantidade	Data de aquisição	Vencimento	Taxa	Valor atual
SUZB13	20.000	23.08.2004	01.04.2014	10,04%	36.042
NTNB	46.838	13.05.2010	15.08.2050	6,33%	147.310
NTNB	9.007	11.09.2008	15.05.2045	7,05%	27.559
NTNB	11.752	15.01.2009	15.05.2045	7,04%	35.958
NTNB	48.237	11.02.2010	15.08.2050	6,30%	151.993
NTNB	47.452	11.02.2010	15.08.2050	6,30%	149.241
NTNC	10.307	01.10.2003	01.01.2031	9,50%	60.414
NTNC	29.500	03.11.2003	01.01.2031	9,35%	172.913
					<u>781.430</u>

As reclassificações supracitadas foram motivadas pela redução da taxa real de juros. Tal reclassificação gerou um efeito positivo no resultado de R\$ 253.894 nos planos BD, Vale Mais, Valiaprev, Cenibra e Abono na proporção em que cada plano participa do referido fundo.

(b) Plano BD

<u>Papel</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Data de aquisição</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Taxa</u>	<u>Valor atual</u>
NTNB	18.500	13.02.2008	15.08.2024	6,88%	51.680
NTNB	27.933	14.02.2008	15.08.2024	6,88%	78.030
NTNB	17.280	12.03.2008	15.08.2024	6,95%	48.271
NTNB	11.700	11.06.2008	15.08.2024	7,11%	32.684
					<u>210.665</u>

As reclassificações supracitadas foram motivadas pela redução da taxa real de juros do plano. Tal reclassificação gerou um efeito positivo no resultado de R\$ 51.602.

(c) Plano Vale Mais

<u>Papel</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Data de aquisição</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Taxa</u>	<u>Valor atual</u>
NTNB	6.564	10.06.2010	15.08.2050	6,23%	20.644
NTNB	3.104	14.02.2008	15.08.2024	6,88%	8.671
NTNB	3.145	12.03.2008	15.05.2035	6,77%	9.175
NTNB	1.920	12.03.2008	15.08.2024	6,95%	5.363
NTNB	1.300	11.06.2008	15.08.2024	7,11%	3.632
NTNB	6.218	15.03.2006	15.08.2024	7,50%	17.370
NTNB	2.700	10.02.2010	15.08.2050	6,30%	8.492
NTNB	3.730	11.02.2010	15.08.2050	6,30%	11.731
NTNB	10.800	10.03.2010	15.08.2050	6,32%	33.967
					<u>119.045</u>

As reclassificações supracitadas foram motivadas pela redução da taxa real de juros do plano. Tal reclassificação gerou um efeito positivo no resultado de R\$ 34.695.

A Entidade possui a análise de aderência da taxa de desconto utilizada no cálculo das provisões matemáticas, conforme mencionado na Nota 14.1.

6.2 Ações

As ações da GTD, no montante de R\$ 1.214 (R\$1.194 – 2011), estão registradas pelo valor patrimonial. Essas ações não foram negociadas em Bolsa de Valores ou em Mercado de Balcão organizado, por período superior a seis meses.

As ações da Clep (Project Finance), no montante de R\$ 9.714 (R\$ 13.498 – 2011), foram negociadas em dezembro de 2009, através de contrato de exercício de opção de compra de ações. Esta operação gerou um contas a receber na Fundação, cuja liquidação será em 5 anos através de pagamentos semestrais. Os rendimentos serão apropriados em conta de resultado mensalmente.

6.3 Outros realizáveis - Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento

Refere-se ao valor a receber decorrente de ação judicial transitada em julgado patrocinada pela Associação Brasileira de Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP) em nome de suas associadas. A ABRAPP pleiteou a diferença de correção monetária paga a menor, no período de abril de 1990 a fevereiro de 1991, sobre as Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFND's emitidas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND, em decorrência da substituição do índice de preços ao consumidor - IPC, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo Bônus do Tesouro Nacional - BTN.

O FND foi criado em julho de 1986, com o objetivo de prover recursos para realização, pela União, de investimentos de capital necessários à dinamização do desenvolvimento nacional, bem como apoiar a iniciativa privada na organização e ampliação de suas atividades econômicas.

O Fundo foi autorizado a emitir quotas e obrigações para captar recursos, denominadas OFND's, com aquisição compulsória pelos fundos de pensão patrocinados por empresas do setor público, mediante utilização de 30% de suas reservas técnicas.

A ABRAPP obteve decisão transitada em julgado em 24 de setembro de 2008 no Tribunal Regional Federal da 2ª região. Após esta decisão, a ABRAPP aguardou o decurso do prazo de dois anos para ação rescisória e, no final de 2010, orientou as suas associadas participantes do processo a efetuar a apuração dos valores a receber corrigidos monetariamente para dar início a ação de execução.

Nesse contexto, a Valia contratou um perito para mensurar o valor atualizado da ação. O cálculo foi revisado e aprovado pela administração. Desta forma, a Entidade, apoiada pela avaliação de consultores jurídicos externos, efetuou o registro do valor a receber decorrente desse processo no decorrer do exercício de 2010 em função de se tratar de uma ação com o mérito transitado em julgado e por ter uma mensuração confiável do valor atualizado da ação utilizando índices legais e disponíveis no mercado.

No entanto, em 14 de outubro de 2011, através do ofício nº 4707/2011/CGMC/DIACE/PREVIC, a Valia, assim como as demais entidades que efetuaram o registro contábil relativo à referida ação judicial, recebeu determinação do órgão fiscalizador, no intuito de promover a reversão dos valores contabilizados. Tal determinação deu-se sob a justificativa de que enquanto não houvesse manifestação da Justiça Federal com relação aos valores devidos e a forma de pagamento pela União Federal, não deveria prevalecer o referido registro contábil.

Esta reversão de R\$ 144.883 foi realizada em dezembro de 2011.

Apesar de realizada a reversão, em obediência à determinação da PREVIC, continuam válidos todos os pressupostos que deram origem à decisão anterior. Oportunamente, tão logo sejam atendidos os requisitos apontados pelo órgão fiscalizador, os valores serão novamente contabilizados.

7. REAVALIAÇÃO DOS IMÓVEIS

Anualmente, a Fundação realiza a reavaliação da carteira imobiliária de acordo com as normas estabelecidas pela PREVIC. A reavaliação foi realizada pela Predictor Avaliações Patrimoniais e Consultoria Ltda., cujo parecer foi emitido pelos engenheiros civis Zelinda Resende Morales - CREA RJ 036639/D e e Juan Carlos M. Tordoya - CREA RJ 016 655/D. A reavaliação do exercício de 2011 foi realizada pela Berg Consultoria Imobiliária Ltda., cujo parecer foi emitido pelo engenheiro civil Bernardo Resenberg - CREA 30.555-D-RJ e pelo Instituto Urbano Métrica Pesquisa e Desenvolvimento de Projetos Ltda., cujo parecer foi emitido pelo engenheiro civil Mauro de Souza Gomes - CREA 1984106673-D-RJ.

O quadro a seguir apresenta o valor da avaliação dos investimentos imobiliários da Valia em 2012:

<u>Imóvel</u>	<u>Data da avaliação</u>	<u>Vida útil Remanescente (anos)</u>	<u>Valor da avaliação</u>
America Business Park	17.07.2012	38	71.915
Centro Empresarial Cidade Nova	18.07.2012	34	246.306
Centro Empresarial Mourisco	17.07.2012	36	38.949
Cidade Jardim Corporate Center	17.07.2012	50	371.186
Ed. Sede de Empresas	19.07.2012	22	17.812
Edifício Barão de Mauá	18.07.2012	24	113.328
Edifício Candelária Corporate	18.07.2012	34	44.626
Rio Office Tower	02.07.2012	49	248.785
			<u>1.152.907</u>

No exercício de 2012 e de 2011 foi adotado o método comparativo de dados de mercado, segundo as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. O resultado da reavaliação foi de R\$ 231.799 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 109.220 – 2011), conforme detalhado a seguir:

<u>Imóvel</u>	<u>Aumento no resultado do exercício</u>	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Imóveis de uso próprio	3.574	2.542
Imóvel locado às patrocinadoras	19.022	21.202
Locadas a terceiros	209.203	85.476
	<u>231.799</u>	<u>109.220</u>

8. PROVISÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Em conformidade com o Item 11, Anexo "A" da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 a Fundação constituiu provisão para crédito de liquidação duvidosa para fazer face à eventual inadimplência da carteira de empréstimos e da carteira de investimentos imobiliários. No que tange a carteira de empréstimos, o valor da provisão é de R\$ 22.487 (R\$ 40.215 – 2011). Com relação à inadimplência referente aos aluguéis e outros direitos a receber da carteira imobiliária, a provisão é de R\$ 7.535 (R\$ 12.534 - 2011). Foi também constituída provisão referente ao Fundo de Investimento Imobiliário Panamby. O ativo do fundo é composto de valores a receber da venda de terrenos, vinculados a projetos. Considerando todo o cenário e as questões ambientais envolvidas para obtenção das licenças para construção, também atendendo aos critérios definidos na Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, o valor da provisão para perda é de R\$ 18.167 em 31 de dezembro de 2012.

9. ATIVO PERMANENTE

A VALIA realizou o inventário físico dos bens do ativo permanente compatibilizando os controles individuais com os registros contábeis, em consonância com a com a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011. O Ativo Permanente está registrado no Plano de Gestão Administrativa classificado em imobilizado e intangível, conforme quadro a seguir:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Imobilizado	2.331	1.995
Intangível	15.463	12.007
	<u>17.794</u>	<u>14.002</u>

10. EXIGÍVEL OPERACIONAL DA GESTÃO PREVIDENCIAL

Neste grupo registram-se benefícios a pagar e as respectivas retenções da folha de benefícios. No grupo "Outras Exigibilidades" estão reembolsos a patrocinadores e o carregamento a repassar ao PGA, referente ao Custeio Administrativo.

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Benefícios a pagar	899	853
Retenções a recolher	6.054	5.156
Outras exigibilidades	4.874	6.374
	<u>11.827</u>	<u>12.383</u>

11. EXIGÍVEL OPERACIONAL DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

Apresenta valores a pagar relacionados à pessoal e encargos, retenções a recolher e fornecedores.

12. EXIGÍVEL OPERACIONAL DOS INVESTIMENTOS

Apresenta valores a pagar relacionados aos investimentos da Valia, conforme quadro abaixo:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Imobiliários	945	422
Empréstimos e financiamentos	225	90
Relacionados com o disponível		986
	<u>1.170</u>	<u>1.498</u>

13. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

As contingências são incertezas que, dependendo de eventos futuros, poderão ter impacto na situação econômico-financeira da entidade. A Valia adota critério para o registro dessas contingências provisionar somente as ações consideradas, pelo advogado, como perda provável e com decisão judicial em segundo grau.

Esta rubrica contempla os processos judiciais de natureza previdenciária, administrativa e de investimentos conforme detalhamento a seguir. Em 2012, houve um acréscimo de R\$ 242.429 na provisão (R\$ 307.282 – 2011).

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Programas		
Previdencial	1.113.964	869.612
Administrativo	120	568
Investimentos	1.586	3.062
	<u>1.115.670</u>	<u>873.242</u>

13.1 Exigível contingencial da Gestão Previdencial

Os processos de natureza previdencial são basicamente ações de assistidos que estão pleiteando as diferenças decorrentes de atualização monetária de suas reservas de poupança e equivalência dos benefícios ao salário mínimo (artigo 58 do Ato Declaratório das Disposições Constitucionais

Transitórias), bem como processos em que se pleiteiam a aplicação de ganhos reais aos benefícios. Existem ainda os processos com objeto Expurgos Inflacionários, que referem-se a ações em que assistidos e ex-participantes (que já efetuaram o resgate da reserva de poupança) requerem a aplicação dos expurgos inflacionários ao benefício ou a reserva de poupança resgatada.

	2012	2011
Artigo 58	542.984	534.102
Ganho real	141.111	51.330
Expurgos inflacionários	190.885	263.907
Outros (i)	<u>238.984</u>	<u>20.273</u>
	<u>1.113.964</u>	<u>869.612</u>

(i) A Valia possui outras ações relacionadas a questionamentos previdenciais, cuja classificação dada pelos advogados é de perda provável. Estas estão classificadas no grupo "Outros". Além destas, em 2012, visando melhor evidenciação dos valores envolvidos por objeto, foram abertos subgrupos, também no grupo "Outros" onde registram-se os processos onde se pleiteiam mais de um objeto, conforme demonstra quadro a seguir:

	2012	2011
Artigo 58 + outros índices	125.069	
Ganho real + outros índices	88.772	
Outros	<u>25.143</u>	<u>20.273</u>
	<u>238.984</u>	<u>20.273</u>

Estas provisões referem-se ao plano Benefício Definido.

13.2 Exigível contingencial da Gestão Administrativa

Os processos de natureza administrativa referem-se a ações reclamatórias promovidas por ex-empregados da Fundação, no valor de R\$ 120 (R\$ 568 –2011). Em 2012 houve reclassificação de processos previdenciais que estavam alocados neste grupo.

13.3 Exigível contingencial investimentos

Quanto aos processos do programa de investimentos, estes são decorrentes de ações relativas ao Imposto de Transmissão de Bens Intervivos (ITBI), com a prefeitura do Rio de Janeiro, no valor de R\$ 1.586 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 3.061 – 2011).

13.4 Perdas possíveis

O *status* destes processos, na avaliação dos advogados, não indica uma perda provável, pois a matéria ainda não foi sumulada e há divergência nas turmas dos tribunais regionais. Por este motivo esses valores não foram reconhecidos nas demonstrações contábeis do exercício social de 2012.

A Valia e seus assessores jurídicos externos revisam tais *status* e classificações periodicamente. Abaixo quadro com os valores classificados como perda possível, posicionados em 31 de dezembro:

	2012	2011
Perdas possíveis		
Gestão Previdencial	507.701	851.322
Gestão Administrativo	164	1.409
Investimentos	<u>425.320</u>	<u>612.791</u>
	<u>933.185</u>	<u>1.465.522</u>

A variação em relação ao exercício de 2011 decorre da mudança de classificação dos processos e da revisão dos valores envolvidos nos processos.

14. EXIGÍVEL ATUARIAL

As provisões matemáticas consignadas nos balanços de 2012 e 2011 referem-se à avaliação atuarial realizada pelos atuários externos independentes: Mercer Human Resource Consulting, Bhering - Consultoria e Projetos Ltda. e Atuas - Atuários Associados Ltda. Conforme parecer atuarial, as hipóteses e métodos utilizados na avaliação são apropriados e atendem a Resolução CGPC nº 18 de 25 de março de 2005, ou seja, respeitam a legislação vigente, as características da massa de participantes e os regulamentos dos planos.

Benefício

concedido

Em relação ao Plano BD, essa provisão consiste na diferença entre o valor atual dos encargos

assumidos pela Valia em relação aos assistidos em gozo de rendas de complementações de aposentadorias e pensões e o valor atual das contribuições que por eles venham a ser recolhidas à Valia para a sustentação dos referidos encargos, de acordo com o plano de custeio em vigor. As provisões matemáticas de benefícios concedidos dos demais planos estão representadas por: (i) o valor atual dos compromissos com o pagamento dos benefícios de aposentadoria, incapacidade, benefício por morte e benefício proporcional diferido aos participantes já assistidos em gozo de renda mensal vitalícia e de seus beneficiários; e (ii) pelo saldo de conta remanescente para os demais participantes assistidos.

Benefício a conceder

As provisões matemáticas de benefícios a conceder do plano BD representam a diferença entre compromissos futuros com o pagamento de benefícios aos participantes ainda não assistidos e seus beneficiários e o valor atual das contribuições futuras a serem recolhidas por patrocinadores e por estes participantes.

No caso dos demais planos, representam o saldo de contas previdenciárias (participante e patrocinador) dos participantes que ainda não estão em gozo de benefício programado. Para os benefícios de risco e o benefício proporcional, as provisões matemáticas de benefícios a conceder representam a diferença entre compromissos futuros com o pagamento destes benefícios aos participantes ainda não assistidos e seus beneficiários e o valor atual das contribuições futuras a serem recolhidas por patrocinadores.

A seguir descrevemos as hipóteses utilizadas para na avaliação de 2012:

Plano de Benefício Definido

- Tábua de mortalidade - AT-2000.
- Tábua de entrada em invalidez - Álvaro Vindas agravada em 3,0.
- Taxa de juros anual - 5% a.a.
- Nível de inflação anual - 3% a.a.
- Crescimento salarial - 3% a.a. para os participantes até 47 anos.

Plano Vale Mais

Subplano benefício proporcional

- Tábua de mortalidade - AT-83.
- Tábua de entrada em invalidez - Álvaro Vindas agravada em 3,0.
- Taxa de juros anual - 5,5% a.a.
- Nível de inflação anual - 3% a.a. para os benefícios já concedidos.

Subplano risco

- Tábua de mortalidade - AT-83.
- Tábua de entrada em invalidez - Álvaro Vindas agravada em 3,0.
- Taxa de juros anual - 5,5% a.a.
- Nível de inflação anual - 3% a.a.
- Rotatividade - 3% a.a. para os participantes até 47 anos.
- Crescimento salarial - 3% a.a. para os participantes até 47 anos.

Subplano renda

- Tábua de mortalidade - AT-83.
- Taxa de juros anual - 5,5% a.a.
- Nível de inflação anual - 3% a.a. para os benefícios vitalícios já concedidos.

Plano Valiaprev

Subplano risco

- Tábua de mortalidade - AT-83.
- Tábua de entrada em invalidez - Álvaro Vindas agravada em 3,0.
- Taxa de juros anual - 5,5% a.a.

Subplano renda

- Tábua de mortalidade - AT-83.
- Taxa de juros anual - 5,5% a.a.

Plano CENIBRA

- Tábua de mortalidade - AT-83, desagravada em 10 anos.
- Taxa de juros anual - 5,5% a.a.

14.1 Alteração da taxa de juros

Tendo em vista a conjuntura internacional adversa com consequente piora das expectativas para o desempenho da economia doméstica no curto prazo, é observado uma queda mais acentuada na taxa básica de juros em 2012, dado que a inflação permanece sob controle. Entretanto, apesar dos juros reais mais baixos do que o esperado no curto prazo, os cenários de longo prazo da Tendência Consultoria utilizados pela Valia não se alteram de forma relevante. Desta forma, com base neste cenário e na carteira de títulos longos da Fundação, carregados na curva, torna-se muito provável o atingimento de uma meta de retorno de 5,5% a.a., considerando-se uma política de investimentos que englobe os segmentos de renda fixa, renda variável e alternativos. No exercício anterior adotou-se a taxa de juros equivalente a 6% a.a.

O quadro abaixo representa a composição de exigível atuarial:

O quadro abaixo apresenta a composição do exigível atuarial:

	2012	2011
Benefícios concedidos		
Contribuição definida	95.625	75.097
Benefício definido	<u>8.468.258</u>	<u>7.156.551</u>
	<u>8.563.883</u>	<u>7.231.648</u>
Benefícios a conceder		
Contribuição definida	1.995.143	1.477.808
Saldo de contas - parcela patrocinador(es) / instituidor(es)	815.562	599.341
Saldo de contas - parcela participantes	1.179.581	878.467
Benefício definido	<u>552.067</u>	<u>419.192</u>
	<u>2.547.210</u>	<u>1.897.000</u>
	<u>11.111.093</u>	<u>9.128.648</u>

O impacto no resultado da gestão previdencial - constituições/reversões de provisões atuariais estão demonstrados abaixo:

	Benefícios concedidos	Benefícios a conceder	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>6.784.455</u>	<u>1.565.140</u>	<u>8.349.595</u>
Apropriação ao resultado	447.193	331.860	779.052
Saldos em 30 de dezembro de 2011	<u>7.231.648</u>	<u>1.897.000</u>	<u>9.128.647</u>
Apropriação ao resultado	1.332.235	650.210	1.982.446
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>8.563.883</u>	<u>2.547.210</u>	<u>11.111.093</u>

15. Fundos

Os fundos são constituídos tomando por base a sua natureza e finalidade. A VALIA consignou em seu balanço os seguintes fundos:

Fundo Previdencial - Os saldos apresentados no balanço de 2012 referem-se aos Fundos para Desvios de Sinistralidade e Alterações de Hipóteses; Fundo de Distribuição de Superávit e Superávit - 2012; além dos Fundos Valesul, Albrás, Alunorte e FCA, todos previstos nas notas técnicas atuariais dos planos de benefícios, conforme quadro a seguir:

	2012	2011
Fundos Previdenciais		
Revisão de Plano		
Distribuição de Superávit	821.916	1.149.457
Distribuição de Superávit - 2012	<u>1.367.055</u>	
	<u>2.188.971</u>	<u>1.149.457</u>
Outros - Previstos em Nota Técnica Atuarial		
Fundos para Desvios de Sinistralidade e Alterações de Hipóteses	304.024	271.204
Fundo Valesul	2.631	2.398
Fundo Albras	13.352	13.696
Fundo Alunorte	326	2.104
Fundo FCA	64	
	<u>320.397</u>	<u>289.402</u>

Fundo Administrativo - A Constituição ou reversão do Fundo da Gestão Administrativa se dá pela apuração das receitas provenientes da Gestão Previdencial, Resultado dos Investimentos Administrativos e Receitas Diretas da Gestão Administrativa, deduzidas as despesas administrativas e contingências administrativas. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo deste fundo é de R\$ 209.766 (R\$ 171.779 - 2011).

Fundo de Investimento - Foi constituído para fazer face à possível inadimplência dos contratos de mútuo (empréstimos). O saldo deste fundo é remunerado por meio da rentabilidade dos investimentos auferida mensalmente.

As mutações estão demonstradas como segue:

	Gestão previdencial	Gestão administrativo	Gestão Investimentos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	1.612.022	145.910		1.757.932
Formação/(reversão) de fundos	<u>(173.163)</u>	25.869	2.438	<u>(144.856)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	1.438.859	171.779	2.438	1.613.076
Formação de fundos	<u>1.070.509</u>	37.987	15.213	<u>1.123.709</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>2.509.368</u>	<u>209.766</u>	<u>17.651</u>	<u>2.736.785</u>

16. DISTRIBUIÇÃO DE SUPERÁVIT

Em março de 2010, a PREVIC aprovou as alterações do Regulamento do Plano BD, considerando as adaptações ao disposto na Resolução CGPC nº 26/2008 e Instrução SPC nº 28/2008, que estabeleceram a permanência do percentual de 25% aplicado sobre a suplementação líquida mensal de janeiro de cada ano. Este critério perdurará enquanto existirem recursos no Fundo de Distribuição do Superávit.

Em novembro de 2010, a PREVIC, aprovou as alterações do Regulamento do Plano BD, pela portaria nº 897, publicada na DOU de 17 de novembro de 2010, considerando que adicionalmente ao pagamento do percentual de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o benefício líquido de contribuição para Valia para a obtenção do valor da rubrica "distribuição de superávit (artigo 20 da LC 109/2001)", no mês de junho de cada exercício, em caráter extraordinário e transitório, enquanto perdurar o Fundo de Distribuição do Superávit, o pagamento de um abono correspondente a três vezes o valor do benefício líquido de contribuição para a Valia, denominado "abono de distribuição de superávit (artigo 20 da LC 109/2001)".

Em 2011, na forma do regulamento do Plano de Benefício Definido, foi realizado o pagamento do percentual de 25% aplicado sobre a suplementação líquida mensal de janeiro de 2011. Adicionalmente a este pagamento, no mês de junho, em caráter extraordinário e transitório, foi pago um abono correspondente a três vezes o valor do benefício líquido de contribuição para a Valia, denominado

"abono de distribuição de superávit (artigo 20 da LC 109/2001)". Estes critérios perdurarão enquanto existirem Recurso no Fundo de Distribuição do Superávit.

A PREVIC aprovou as alterações do Regulamento do Plano BD, pela portaria nº 77, publicada no DOU de 15 de fevereiro de 2012, considerando que adicionalmente ao pagamento do percentual de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o benefício líquido de contribuição para Valia para a obtenção do valor da rubrica "distribuição de superávit (artigo 20 da LC 109/2001)", para o ano de 2012 um abono, pago extraordinariamente em março (30 dias a partir de sua aprovação, e outro abono pago em junho de 2012, ambos correspondentes a três vezes o valor do benefício líquido de contribuição para a Valia, denominado "Abono de distribuição de Superávit (artigo 20 da LC 109/2001)". Para o ano de 2013 em diante, no mês de junho de cada ano, enquanto perdurar o Fundo de Distribuição do Superávit, será efetuado o pagamento de um abono correspondente a seis vezes o valor do benefício líquido de contribuição para a Valia.

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) aprovou, em caráter definitivo, a alteração regulamentar para antecipar a data de pagamento de Abono do Superávit do Plano de Benefício Definido através de portaria publicada em 20 de dezembro de 2012, no Diário Oficial da União.

A partir de 2014, o abono de distribuição de superávit, correspondente a seis vezes o valor do benefício líquido de contribuição para a Valia, será pago no mês de janeiro de cada exercício. Os pagamentos mensais de 25% ficam mantidos, da mesma forma que vêm sendo feitos, desde 2007, ambos até a exaustão do Fundo de Distribuição do Superávit, bem como enquanto persistirem as condições legais e regulamentares para a sua concessão.

Considerando que o superávit do Plano Benefício Definido ultrapassa 25% das provisões matemáticas, foi constituída a reserva especial para revisão do plano pelo 3º ano consecutivo, já considerando as hipóteses mínimas (tábua de mortalidade AT2000 com juros de 5% a.a.) previstas na Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008. O Conselho Deliberativo decidiu transferir os recursos da reserva especial para um novo fundo previdencial de distribuição de superávit - 2012 e encomendou a realização de estudo específico para determinação da distribuição e destinação desse novo superávit nos exercícios futuros.



Relatório dos auditores independentes

Aos Administradores, Participantes e Patrocinadores
Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - Valia

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - Valia ("Entidade" ou "Valia"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, bem como as demonstrações individuais por plano de benefício do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das obrigações atuariais para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - Valia


Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício acima referidas apresentam adequadamente, em todos aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - Valia e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2012, e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

Outros assuntos

Chamamos a atenção para a Nota 6.1 às demonstrações contábeis, que descreve que, durante o exercício de 2012, a Entidade reclassificou R\$ 1.111.140 mil de títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento para a categoria títulos para negociação. Consequentemente, o efeito positivo de R\$ 340.191 mil foi reconhecido no superávit do exercício de 2012. Em 31 de dezembro de 2012, a Entidade apresenta R\$ 5.412.371 mil de títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento, cuja diferença entre o valor registrado contabilmente e o valor de mercado é de R\$ 1.877.624 mil. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 2013

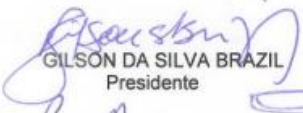

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ



Ivan Michael Clark
CRC 1MG061100/O-3 "S" RJ

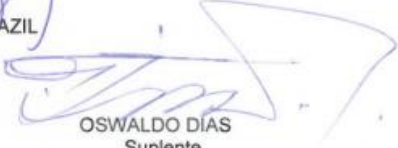
PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social – VALIA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após haver procedido ao exame das demonstrações contábeis, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, concluiu, com base no parecer dos auditores independentes, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, emitido em 28 de fevereiro de 2013, que as referidas demonstrações refletem a posição patrimonial e financeira da Fundação, manifestando-se favoravelmente ao encaminhamento dos referidos documentos para apreciação do Conselho Deliberativo, opinando pela sua aprovação.


Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 2013.


GILSON DA SILVA BRAZIL
Presidente


RODRIGO MOREIRA DE SOUZA CARVALHO
Suplente


OSWALDO DIAS
Suplente


MARCOS DE ANDRADE M. DA SILVEIRA
Titular


MARCOS CÉSAR SANTOS
Suplente

CONSELHO DELIBERATIVO

DELIBERAÇÃO – Nº 01/2013

O Conselho Deliberativo da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social – VALIA, no uso de suas atribuições legais e considerando:

1. O Balanço Patrimonial, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social, Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa, Demonstrações do Ativo Líquido por plano, Demonstrações da Mutação do Ativo Líquido por plano, Demonstrac o das Obrigações Atuarias por plano e notas explicativas às demonstrações contábeis, relativos ao exercício findo em 31/12/2012, apresentados pela Diretoria Executiva da Entidade;
2. O parecer favorável da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes;
3. O parecer favorável do Conselho Fiscal datado de 28 de fevereiro de 2013;

Delibera por unanimidade,

Aprovar as demonstrações contábeis relativas ao exercício de 2012.

Rio de Janeiro, 06 de març o de 2013.



Marcus Vinicius Dias Severini

Presidente



CT-0043/2013

Rio de Janeiro, 8 de janeiro de 2013.

Ilmo. Sr.
Dr. Eustáquio Coelho Lott
M.D. Diretor Superintendente
VALIA - Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social
Nesta

Prezado Senhor,

Cumpre-nos declarar que, depois de reavaliarmos as Provisões Matemáticas do Plano de Benefícios administrado por essa Entidade, observados critérios aceitos internacionalmente, conforme demonstrado a seguir, e de examinarmos o Balanço e o Demonstrativo de Resultados correspondentes, levantados em 31/12/2012, verificamos terem sido atendidas todas as exigências pertinentes aos aspectos atuariais.

CENIBRA

	Valores em R\$ 1,00	
- Benefícios Concedidos _____	R\$	11.881.523,96
- Contribuição Definida _____	R\$	0,00
- Saldo de Contas dos Assistidos _____	R\$	0,00
- Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização _____	R\$	11.881.523,96
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos _____	R\$	10.198.215,33
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados – Assistidos _____	R\$	1.683.308,63
- Benefícios a Conceder _____	R\$	0,00
- Contribuição Definida _____	R\$	0,00
- Saldo de Contas – Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es) _____	R\$	0,00
- Saldo de Contas – Parcela Participantes _____	R\$	0,00
- Benefício Definido estruturado em Regime de Capitalização Programado _____	R\$	0,00
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados _____	R\$	0,00
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores _____	R\$	0,00
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes _____	R\$	0,00
- Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado _____	R\$	0,00
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados _____	R\$	0,00
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores _____	R\$	0,00
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes _____	R\$	0,00
- Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição de Capitais de Cobertura _____	R\$	0,00
- Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição Simples _____	R\$	0,00

- Provisões Matemáticas a Constituir _____	R\$	0,00
- Serviço Passado _____	R\$	0,00
- Patrocinador(es) _____	R\$	0,00
- Participantes _____	R\$	0,00
- Déficit Equacionado _____	R\$	0,00
- Patrocinador(es) _____	R\$	0,00
- Participantes _____	R\$	0,00
- Assistidos _____	R\$	0,00
- Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias _____	R\$	0,00
- Patrocinador(es) _____	R\$	0,00
- Participantes _____	R\$	0,00
- Assistidos _____	R\$	0,00
- Total das Provisões Matemáticas _____	R\$	11.881.523,96
- Fundo Previdencial _____	R\$	3.660.265,57
- Reversão de saldo por exigência Regulamentar _____	R\$	0,00
- Revisão de Plano _____	R\$	0,00
- Outros – Previsto em Nota Técnica Atuarial _____	R\$	3.660.265,57

Os valores foram obtidos mediante atualização do apurado na reavaliação realizada em 31/10/2012 de acordo com a variação do IGP-M.

Por tratar-se de plano concebido na modalidade de "Benefício Definido", poderá ter seu custo modificado em decorrência da não verificação das hipóteses, isto é, mortalidade, rentabilidade incompatível com a esperada ou composição familiar.

A avaliação atuarial abrangeu:

- 34 participantes assistidos e 4 grupos de beneficiários de pensão.

Foram adotadas as seguintes premissas e hipóteses indicadas pelo Patrocinador e pela Entidade, tendo em vista sua compatibilidade com a legislação vigente. As justificativas da escolha constam de documento específico:

- Taxa Real Anual de Juros: 5,5%a.a.

Justificativa: É factível o atingimento da meta atuarial no seu nível atual, a partir de política de investimentos que englobe os seguimentos de renda fixa e variável.

- Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios): IGP-M

Justificativa: Corresponde ao indexador previsto no Regulamento do Plano de Benefícios.

- Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano: Não Aplicável
Justificativa: O critério fixado no Regulamento do Plano prevê somente a atualização de valores.

- Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Benefícios da Entidade: 1
Justificativa: Percentual definido considerando as características da massa de participantes e os atuais níveis inflacionários.

- Tábua de Mortalidade Geral: AT-1983(MALE) desgravada em 10 anos
Justificativa: Considerando as características da massa de participantes, optou-se por manter a adoção de tábua mais conservadora e continuar promovendo o acompanhamento das ocorrências.

- Tábua de Mortalidade de Inválidos: AT-1983(MALE) desgravada em 10 anos
Justificativa: Considerando as características da massa de participantes e a alteração que vem sendo observada na característica dos participantes em gozo de complementação de aposentadoria por invalidez, optou-se por manter a adoção de tábua mais conservadora e continuar promovendo o acompanhamento das ocorrências.

- Hipóteses sobre Composição da Família de Pensionistas: Dados do participante
Justificativa: Optou-se por manter o critério que vem sendo adotado e, paralelamente, promover periodicamente a revisão do cadastro dos participantes.

As demais hipóteses são desnecessárias em função de não haver participantes em atividade.

Foram mantidas as hipóteses e método formulados na reavaliação atuarial do exercício anterior, à exceção da taxa real anual de juros que passou a corresponder a 5,5%a.a.

Na avaliação atuarial observamos os seguintes regimes financeiros: Capitalização (método agregado) para as suplementações/renda de aposentadorias em geral e pensões.

4

Considerando o Patrimônio Líquido informado pela VALIA de R\$ 16.721.845,24, constatamos que o Plano está superavitário.

Foi constituído o Fundo para Desvios de Sinistralidade e Alterações de Hipóteses, calculado conforme orientação da Valia, pela variação de 1,5% na rentabilidade do Plano e o incremento de 10% na sobrevida no valor de R\$ 3.660.265,57.

Esclarecemos que não fizemos qualquer análise relativamente ao Ativo Líquido do Plano.

O detalhamento quanto aos resultados está demonstrado na Nota Técnica Atuarial 1/2012.

Prontos para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários,

Atenciosamente

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Paula Vieira Machado da Cunha Castro D'Almeida Marques'.

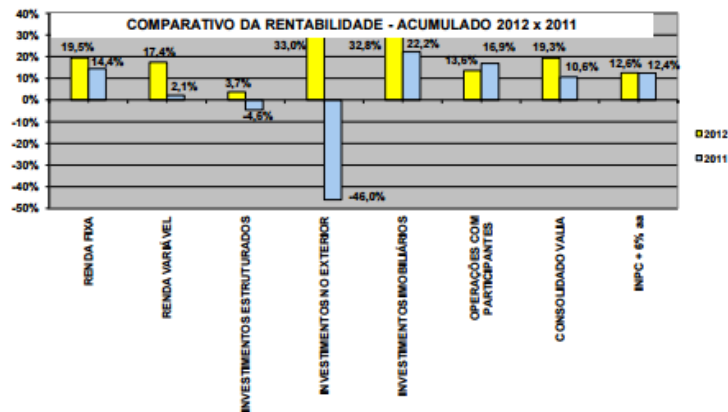
Paula Vieira Machado da Cunha Castro D'Almeida Marques
Atuária MIBA 1.374

RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

CONSOLIDADO

Estas informações foram disponibilizadas no site no dia 1 de abril de 2013

	DEZEMBRO DE 2012		DEZEMBRO DE 2011	
	VALOR APLICADO	% APLICADO	VALOR APLICADO	% APLICADO
RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS	16.923.760.409	100	14.584.567.451	100
A - DISPONÍVEL EM CONTA CORRENTE	654.652	0,0	3.734.245	0,0
B - INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA	10.563.277.155	62,4	9.118.866.044	62,5
CDB/LFS	451.423.041	2,7	573.147.872	3,9
DEBÊNTURES	346.128.707	2,0	462.587.546	3,2
FUNDOS RF	5.944.122.807	35,1	4.573.875.189	31,4
TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS	3.821.602.600	22,6	3.509.255.437	24,1
C - INVESTIMENTOS EM RENDA VARIÁVEL	3.803.541.469	22,5	3.592.240.887	24,6
AÇÕES	2.731.769.273	16,1	2.549.061.110	17,5
FUNDOS RV	1.071.772.196	6,3	1.043.179.777	7,2
D - INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	498.555.055	2,9	323.218.249	2,2
FUNDOS DE PARTICIPAÇÃO	480.387.996	2,8	288.701.116	2,0
FUNDO IMOBILIÁRIO	18.167.058	0,1	34.517.132	0,2
E - INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	32.101.856	0,2	24.137.191	0,2
AÇÕES	32.101.856	0,2	24.137.191	0,2
F - INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	1.166.522.838	6,9	861.511.574	5,9
IMÓVEIS	1.166.522.838	6,9	861.511.574	5,9
G - OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	861.862.896	5,1	664.768.130	4,6
EMPRESTIMOS	834.264.718	4,9	617.411.659	4,2
FINANCIAMENTOS IMOBILIÁRIOS	27.598.179	0,2	47.356.471	0,3
I - DEPÓSITOS JUDICIAIS / RECURSAIS	0	0,0	650.025	0,0
DEPÓSITOS JUDICIAIS / RECURSAIS	0	0,0	650.025	0,0
J - INVESTIMENTOS A PAGAR	-2.755.513	(0,0)	-4.558.893	(0,0)



MONTANTE DOS INVESTIMENTOS COM GESTÃO TERCEIRIZADA - CONSOLIDADO

Estas informações foram disponibilizadas no site no dia 1 de abril de 2013

INVESTIMENTOS	DEZEMBRO DE 2012		
	VALOR APLICADO	% SOBRE OS RGR	% SOBRE O TOTAL TERCEIRIZADO
RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS - RGRT	16.923.760.409	10,60	
FUNDOS RF / GESTOR	726.805.154	4,29	40,51
Mining / BRAM	199.731.902	1,18	11,13
BB Milenio VIII / BB DTVM	125.884.111	0,74	7,02
Aldebaran / UBS Pactual Asset	153.867.297	0,91	8,58
Onix / Banco Safra	114.082.090	0,67	6,36
E FIM / Santander Asset	133.239.754	0,79	7,43
FIM TURQUESA / VALIA			
FUNDOS RV / GESTOR	1.048.977.774	6,20	58,47
Rauta FIA / Dynamo VC	169.512.241	1,00	9,45
Infra Brasil FIP / Banco Santander Brasil SA	85.098.311	0,50	4,74
Ibovespa Value / Bradesco Asset	59.792.027	0,35	3,33
BRZ ALL FIP / BRZ Investimentos	39.334.050	0,23	2,19
FIP Brasil de Governança Corporativa / BR Educacional Gestora de Recursos SA	56.812.896	0,34	3,17
CRP VII FIP / CRP Cia. Participações	30.140.702	0,18	1,68
Brasil Mezanino Infra-Estrutura FIP / Darby Stratus Adm. de Investimentos Ltda	28.407.304	0,17	1,58
Fundo Brasil de Internacionalização de Empresa FIP / TCG Gestor Ltda	63.542.609	0,38	3,54
FIP Governança e Gestão II / Governança e Gestão Investimentos Ltda	8.533.932	0,05	0,48
NEO Capital Mezanino FIP / NEO Gestão de Recursos Ltda	39.130.318	0,23	2,18
FIP Sondas / Caixa Econômica Federal	59.754.958	0,35	3,33
Brasil Sustentabilidade FIP / Latour Capital do Brasil Ltda	10.418.255	0,06	0,58
Investidores Institucionais FIP / Angra Partners Consultoria Empresarial e Participações Ltda	3.317.370	0,02	0,18
Patrimônio Private Equity / Patria	-	0,00	0,00
FIP BRPETROLEO1	387.433	0,00	0,02
FIP PORTOS	5.992.433	0,04	0,33
FS - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPACOES	39.363.286	0,23	2,19
FIC VALOR/ VALIA	339.285.511	2,00	18,91
FIP KINEA PRIVITE II EQUITY/ Kinea	9.109.388	0,05	0,51
2B CAPITAL FIP	1.044.750	0,01	0,06
FUNDO IMOBILIÁRIO / GESTOR	18.167.058	0,11	1,01
Fundo de Investimento Imobiliário Panamby / Banco Brascan SA	18.167.058	0,11	1,01
TOTAL TERCEIRIZADO	1.793.949.986		100

RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

PLANO CENIBRA

Estas informações foram disponibilizadas no site no dia 1 de abril de 2013

	DEZEMBRO DE 2012		DEZEMBRO DE 2011	
	VALOR APLICADO	% APLICADO	VALOR APLICADO	% APLICADO
RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS	20.398.315	100	17.275.499	100
A - DISPONÍVEL EM CONTA CORRENTE	118	0,0	856	0,0
B - INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA	20.398.197	100	17.274.643	100
CDB/LFS	3.424.172	16,8	2.963.475	17,2
FUNDOS RF	16.974.025	83,2	14.311.168	82,8

Despesas com Administração

Estas informações foram disponibilizadas no site no dia 1 de abril de 2013.

Exercício 2012

Acumulado - Dezembro 2012

PGA - BD			
DESCRIÇÃO	Previdencial	Investimentos	Total BD
Despesas Administrativas (A+B+C)	19.073.333	14.185.245	33.258.578
Despesas Comuns (A)	17.523.317	13.077.889	30.601.205
Pessoal e Encargos	8.213.121	7.733.185	15.946.306
Treinamentos	218.528	-	218.528
Viagens e Estadias	462.154	187.545	649.699
Serviços de Terceiros	6.196.437	1.377.537	7.573.973
Despesas Gerais	1.419.578	3.779.622	5.199.200
Depreciações e Amortizações	996.438	-	996.438
Outras Despesas	17.062	-	17.062
Despesas Específicas (B)	1.502.055	1.107.357	2.609.412
Outras Despesas (C)	47.960	-	47.960
PGA - VALE MAIS			
DESCRIÇÃO	Previdencial	Investimentos	Total VM
Despesas Administrativas (A+B+C)	11.866.100	8.390.499	20.256.600
Despesas Comuns (A)	10.185.984	7.883.096	18.069.080
Pessoal e Encargos	5.152.882	4.865.950	10.018.832
Treinamentos	123.310	-	123.310
Viagens e Estadias	251.991	105.827	357.818
Serviços de Terceiros	3.488.698	779.555	4.268.253
Despesas Gerais	597.211	2.131.764	2.728.974
Depreciações e Amortizações	562.265	-	562.265
Outras Despesas	9.628	-	9.628
Despesas Específicas (B)	1.653.054	507.404	2.160.457
Outras Despesas (C)	27.063	-	27.063
PGA - VALIAPREV			
DESCRIÇÃO	Previdencial	Investimentos	Total VP
Despesas Administrativas (A+B+C)	1.357.335	896.406	2.253.741
Despesas Comuns (A)	1.031.080	799.068	1.830.148
Pessoal e Encargos	528.519	499.477	1.027.997
Treinamentos	12.270	-	12.270
Viagens e Estadias	25.074	10.548	35.623
Serviços de Terceiros	347.144	77.173	424.317
Despesas Gerais	61.165	211.870	273.035
Depreciações e Amortizações	55.948	-	55.948
Outras Despesas	958	-	958
Despesas Específicas (B)	185.463	97.338	282.801
Outras Despesas (C)	140.792	-	140.792
PGA - CENIBRA			
DESCRIÇÃO	Previdencial	Investimentos	Total Cenibra

Despesas Administrativas (A+B+C)	7.833	8.925	16.757
Despesas Comuns (A)	5.816	4.567	10.383
Pessoal e Encargos	2.891	2.728	5.619
Treinamentos	72	-	72
Viagens e Estadias	147	62	208
Serviços de Terceiros	2.030	454	2.484
Despesas Gerais	344	1.323	1.667
Depreciações e Amortizações	327	-	327
Outras Despesas	6	-	6
Despesas Específicas (B)	2.001	4.358	6.359
Outras Despesas (C)	16	-	16
PGA - ABONO			
DESCRIÇÃO	Previdencial	Investimentos	Total Abono
Despesas Administrativas (A+B+C)	1.079.141	584.453	1.663.593
Despesas Comuns (A)	421.463	292.797	714.260
Pessoal e Encargos	191.148	180.486	371.635
Treinamentos	4.592	-	4.592
Viagens e Estadias	9.385	3.941	13.326
Serviços de Terceiros	129.926	28.895	158.821
Despesas Gerais	65.114	79.475	144.588
Depreciações e Amortizações	20.940	-	20.940
Outras Despesas	358	-	358
Despesas Específicas (B)	656.670	291.656	948.325
Outras Despesas (C)	1.008	-	1.008
PGA - CONSOLIDADO			
DESCRIÇÃO	Previdencial	Investimentos	Total Geral
Despesas Administrativas (A+B+C)	33.383.742	24.065.529	57.449.271
Despesas Comuns (A)	29.167.660	22.057.417	51.225.077
Pessoal e Encargos	14.088.563	13.281.827	27.370.390
Treinamentos	358.771	-	358.771
Viagens e Estadias	748.751	307.923	1.056.674
Serviços de Terceiros	10.164.234	2.263.614	12.427.848
Despesas Gerais	2.143.412	6.204.053	8.347.465
Depreciações e Amortizações	1.635.918	-	1.635.918
Pequenas Despesas	28.011	-	28.011
Despesas Específicas (B)	3.999.243	2.008.112	6.007.355
Outras Despesas (C)	216.839	-	216.839